Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Negreiros, Maria Augusta Geraldes, 1941-2003

As representações sociais da profissão de serviço social

http://hdl.handle.net/11067/3964

Metadados

Data de Publicação 1995

Resumo Conhecer qual e na actualidade o pensamento social sobre a profissão de Serviço Social foi o propósito que esteve subjacente a realização do trabalho empírico em que assenta esta comunicação. Assim (trabalhando um segmento), o ponto de partida para esta pesquisa foi o questionar-me se, o aparecimento do serviço social nas autarquias (num quadro de definição do município enquanto poder local, que incorpora novas competências na esfera social), produz sobre o assistente social representações própr...

Palavras Chave Serviço social - Portugal - Lisboa, Percepção social

Tipo article

Revisão de Pares no

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 11-12 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:48:27Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Maria Augusta Geraldes Negreiros *

"Trata-se de compreender, não mais a tradição, mas a inovação, não mais uma vida social já feita, mas a vida social em vias de se fazer"
Moscovici, 1989

Introdução

Conhecer qual é na actualidade o pensamento social sobre a profissão de Serviço Social foi o propósito que esteve subjacente à realização do trabalho empírico em que assenta esta comunicação.

Assim (trabalhando um segmento), o ponto de partida para esta pesquisa foi o questionar-me se, o aparecimento do serviço social nas autarquias (num quadro de definição do município enquanto poder local, que incorpora novas competências na esfera social), produz sobre o assistente social representações próprias?

Efectivamente sabemos que a partir de meados da década de 70 [1] e no decurso da década de 80 ocorrem alterações significativas na formação e na profissão de serviço social em Portugal que terminam no final da década com a atribuição do grau académico de licenciatura aos cursos superiores de serviço social, e, em 1991, com a criação da carreira de técnico superior de serviço social, a nível da função pública [2], nivelando estes profissionais aos restantes licenciados. De igual forma ocorrem importantes alterações a nível da constituição e organização das autarquias.

Tendo presente este contexto, realizei esta pesquisa sobre *AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL,* a partir de material

---

* Professora do ISSSL, Coordenadora da Área de Serviço Social no Conselho Científico

[1] Para uma análise mais circunstanciada ler *A Construção do Conhecimento em Serviço Social-Período 1974-78* de M.ª Augusta Negreiros et all, pág. 131-145

[2] Dec.-Lei n.º 296/91 de 16 de Agosto.

recolhido em 1985 em três autarquias da área metropolitana de Lisboa, o quadro teórico da pesquisa referencia-se à teoria das representações sociais.

Seguidamente tratarei o tema desdobrando-o em três pontos,

No primeiro ponto trabalhando o quadro de referência teórica da pesquisa refiro-me ao conceito de representação social seus elementos constitutivos e sua estrutura.

No segundo ponto é apresentado e trabalhado o objecto da pesquisa, ou seja como se entendem e a partir de que elementos se constroiem as representações sociais sobre o assistente social emitidas pelos sujeitos, procedendo-se à análise do material discursivo das entrevistas realizadas aos técnicos, autarcas e administrativos.

A partir deste ponto de chegada tenta-se indagar se estas representações se encontram estabilizadas ou estão em transformação.Tentando responder a esta questão, busca-se a lógica da formação e transformação dessas representações, articulando os seus elementos fundamentais (tanto nas dos parceiros como nas dos próprios assitentes sociais) com o seu universo simbólico, experiências anteriores, experiência presente; dos entrevistados, e com a própria autarquia enquanto organização democraticamente eleita, com competências na esfera social; e com as concepções e conteúdos da formação. Isto conduziu a uma análise da causalidade desse jogo de representações situado no contexto institucional e histórico.

Finalmente nas conclusões são apresentados de forma sintética e articulada os novos conhecimentos a que se chegou relativamente ao objecto-profissão de serviço social no quadro autárquico. De igual forma são abordadas as linhas tendenciais e as consequências ou efeitos quer a nível simbólico quer a nível das relações ou interações sociais que podem vir a ser estabelecidas com esta profissão.

PARA UMA COMPREENSÃO DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O conceito de representação social é um conceito complexo, polifacetado e difícil de sintetizar. Moscovici adverte-nos de isto mesmo: "se é fácil captar a realidade das representações sociais, não é fácil captar o conceito" (Moscovici, 1976).

Trata-se de um conceito híbrido, onde se entrecruzam noções de origem sociológica, tais como ideologia, cultura, norma, valor e noções de origem psicológica como imagem, pensamento, opinião, atitude.

Estas noções que muitas vezes são estudadas de forma isolada, aqui, são organizadas em função de uma estrutura que está relacionada com o conhecimento da própria realidade.

Assim para Jodelet, que juntamente com Moscovici é uma investigadora das mais significativas sobre este tema, representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo uma faceta prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda "saber ingénuo", "natural", esta forma de conhecimento é distinta entre outras do conhecimento científico.

Outros autores como Di Giacomo, privilegiam o seu carácter estruturado: "Um conjunto de opiniões não constitui contudo uma representação social ... o primeiro critério para identificar uma representação social é que ela está estruturada (Di Giacomo, 1987).

Outros ainda acentuam a relação entre representações sociais e certos factores sócio-estruturais como a posição ou estatuto social. Assim, Doise afirma: "as representações sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligadas às inserções específicas no conjunto das relações sociais e organizam os processo simbólicos implicados nessas relações (Doise, 1986).

Poderemos então afirmar que as representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento mais amplos (ideológicos ou culturais), ao estado dos conhecimentos científicos, à condição social e à experiência privada e afectiva dos indivíduos. São fenómenos complexos e sempre actuantes na vida social.

Se por um lado a representação social é um produto de uma realidade exterior, pensamento que se consubstancia em determinado conteúdo: informações, imagem, valores, atitudes, em relação a um determinado objecto — pois não há representação sem objecto — por outro lado ela é um processo, uma actividade de apropriação da realidade e de elaboração psicológica e social dessa realidade — é a representação social de um sujeito (indivíduo, grupo, família, classe).

Com efeito, representar corresponde a um acto de pensamento pelo qual um sujeito se relaciona com um objecto.

Enquanto conteúdo concreto do acto de pensar a representação social traz a marca do sujeito e da sua actividade, donde o seu carácter construtivo, criativo. Representar é re-apresentar, assim, se por um lado ela tem uma parte de reconstrução de interpretação do objecto, por outro lado ela é a forma expressiva do sujeito (Jodelet, 1989).

ELEMENTOS BASE, ESTRUTURA E MECANISMO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais constroiem-se a partir de vários materiais com origens diversificadas. Uma parte significativa desses materiais são resultantes de uma base cultural acumulada na sociedade ao longo do seu processo histórico.

Trata-se de uma base cultural comum que circula e atravessa a sociedade, sob forma de crenças partilhadas, valores básicos, referências históricas e culturais que constituem a memória colectiva e a identidade da própria sociedade.

Um outro elemento a partir do qual se formam as representações sociais é a comunicação social na sua diversidade de formas, conteúdos e modos.

Com efeito, comunicação e linguagem jogam um papel fundamental nas trocas e interacções de informações, valores, conhecimentos, opiniões, crenças, modelos de conduta.

Outro elemento importante na construção das representações sociais é a inserção social dos sujeitos que intervém não só pelo seu carácter selectivo, relativamente aos conteúdos comunicacionais. mas também pela influência do tipo de experiência pessoal estabelecida com o objecto de representação.

Assim, diferentes inserções sociais (posição, função social, pertença de classe) produzem experiências pessoais diversificadas que condicionam a relação com o objecto representado assim como a natureza do conhecimento que se alcança sobre ele.

Como é que a partir de elementos tão díspares, diversificados e numerosos, tanto na sua natureza como na sua origem, se estruturam as representações sociais?

A pertinência desta interrogação justifica-se porque sabemos que as representações sociais não são entidades constituídas por um somatório acumulada de elementos desconexos. Por outro lado, é evidente a heterogeneidade entre os valores, informações, imagens, crenças, atitudes, elementos que fazem parte das representações sociais. Então, como se estruturam as representações sociais e como se constituem em unidades organizadas, tanto nos seus aspectos cognitivos como simbólicos?

A esta questão responde Moscovici nas suas pesquisas (1961), apontando a existência de três eixos a partir dos quais se estruturam as componentes de uma representação social: a atitude, a informação e o campo de representação.

A *atitude* diz respeito à predisposição, mais ou menos favorável que tem uma pessoa face a determinado objecto. Ela expressa assim a relação afectiva com o objecto. Expressa o carácter dinâmico de representação social ao desencadear um conjunto de reacções emocionais, envolvendo ou implicando as pessoas em relação ao objecto com maior ou menor intensidade.

Mesmo quando a representação social tem um carácter difuso, porque a pessoa ou os grupos não possuem a informação suficiente sobre o objecto, isso não as impede de tomar posição sobre o mesmo. Esta relação, esta função dinâmica. tem por base a atitude.

A *informação* refere-se aos conhecimentos que se possuem sobre o objecto representado. Esta informação varia em quantidade e qualidade segundo os grupos sociais, os meios de acesso à informação e os diversos objectos.

Assim, a inserção social dos grupos de pertença e das pessoas que os constituem vai interferir na precisão e quantidade de informação disponível, ou seja, a própria natureza do objecto varia para os diferentes grupos sociais

O *campo da representação* diz respeito à organização e hierarquização dos elementos que constituem a própria representação social. Refere-se portanto à forma como esses elementos se estruturam.

O *campo de representação* organiza-se em primeiro lugar a partir de um núcleo central ou esquema figurativo que constitui a parte mais sólida e estável da representação e é significativamente articulado.

O tempo e o espaço em que é representado o objecto, as suas coordenadas sociais, pertencem a esta dimensão que serve para contextualizar as representações sociais dos sujeitos.

O núcleo figurativo constrói-se por meio do *processo de objectivação* a partir do qual são transformados em imagens os diversos conteúdos abstractos e conceptuais relativos ao objecto. É uma reificação do pensamento.

APRESENTAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO — METODOLOGIA

Se como vimos, na década de 80 ocorrem alterações significativas na formação e na profissão de serviço social (com repercurssões quer a nível da atribuição do grau académico, quer das carreiras profissionais), também em Portugal a partir de 74, se dão importantes transformações no quadro sócio-político do país, com grandes alterações na origem, legitimação e organização das autarquias enquanto poder local, e, consequentemente na sua relação com os munícipes

Assistindo-se nesta década a uma etapa importante no processo de construção e legitimação social da profissão, é nosso *objectivo:* estudar o pensamento social sobre a profissão de S.S., nas autarquias enquanto organização, específicamente através da:

— identificação das representações sociais existentes
— analise do seu processo de formação e construção

A partir da tese básica de Bertilsson (1990) de que as profissões são "constitutivas" de cidadania, e, vice versa a cidâdania é "constitutiva das profissões modernas, ou ainda de que existe uma ligação constitutiva entre a extensão dos serviços pro-

fissionais e as reivindicações do indivíduo moderno para possuir um estatuto de cliente ou de cidadão, é minha intenção introduzir este angulo na análise, tentando entender se a nível das representações sociais esta articulação profissão/"cidadania", e profissão/"direitos sociais" e "extensão de serviços", faz parte do universo cognitivo e simbólico dos sujeitos.

Para a realização da pesquisa optámos por uma metodologia de natureza *qualitativa* através da utilização da entrevista estruturada, tendo selecionado três autarquias da área periférica de Lisboa a partir dos seguintes critérios:

— Existência de Serviço Social integrado na autarquia enquanto organização, há pelo menos três anos;
— Existência de um mínimo de três A.S. por autarquia.

O universo dos entrevistados era constituído pelo pessoal da organização autárquica.

Seguidamente podemos ver neste primeiro quadro o n.° de entrevistados por categoria

Quadro N.° 1

NÚMEROS DE ENTREVISTADOS POR CATEGORIAS

Câmaras	Autarquias Dirig. eleitos	Assistentes Sociais	Outros Quad. Técnicos	Administrativos	Total
A	2	3	4	3	12
B	3	4	8	2	17
C	3	3	7	2	15
TOTAL	8	10	19	7	44

O Pensameno Soial sobre o Assistente Social

Da análise do material discursivo das entrevistas realizadas aos técnicos, autarcas e administrativos, infere-se a existência de quatro posições distintas no grupo de entrevistados, relativas à profissão de Serviço Social.

Assim na posição I, referente ao primeiro grupo de entrevistados, o assistente social é visto como alguém que responde a situações de carência, trabalhando com populações pobres ou desprotegidas e actua em termos de respostas individuais. Quando não tem meios de resposta, ou os recursos são escassos, pode ouvir as pessoas, estabelecer com elas boa relação, compreendê-las e dar-lhes algum conforto. É visto pelas pessoas como alguém que à partida vai ajudar a estabelecer o equilíbrio, e evitar o conflito.

Na posição II, o segundo grupo, encara o Assistente Social por um lado com um leque de intervenção muito amplo, pode "dar para tudo", "generalista" o que a deixa à mercê da política institucional, por outro lado, em termos práticos a acção concretiza-se na realização de tarefas pontuais e urgentes.

Uma terceira posição, a mais radical, atribui à acção do A.S. uma dominante político-ideológica, ou seja, toda a acção no social tem uma componente ideológica, na medida em que está ao serviço dos grupos ou classes no poder.

Para o quarto grupo — posição IV, o A.S. é considerado um técnico com competências específicas, podendo analisar os fenómenos sociais, fazer propostas e formular estratégias de intervenção, em ordem à mudança das situações. São-lhe atribuídas competências científico-técnicas no domínio do conhecimentos e no domínio da intervenção.

Estrutura e Formação das Representações

As quatro posições atrás referidas, pressupoêm uma análise que nos revele qual a estrutura ou os eixos fundamentais em que se apoia a construção das representações e que nos forneça elementos mais diferenciados referentes ao conteúdo das mesmas.

A análise da profissão de Serviço Social (ocupação que se concretiza numa prática), constitui-se por esse facto, enquanto objecto representado, um fenómeno social e, simultaneamente, pela percepção dos seus conteúdos e formas de actuação numa representação cognitiva.

Ao tentar articular as duas dimensões, social e cognitiva, presente nas quatro posições referidas, vamos procurar entender, a partir da noção de representação social, por um lado, os seus conteúdos (cognitivos), por outro lado a sua dinâmica em relação ao objecto. Em que sistemas de pensamento cognitivo-ideológicos se inserem, que comportamentos desencadeiam, que relações e expectativas desenvolvem relativamente à profissão de Serviço Social.

Procederemos em seguida à análise do material discursivo dos entrevistados quanto ao processo de objectivação que, como referimos é um processo fundamental, segundo Moscovici, na construção da representação, ou seja, como se materializa o conhecimento da profissão em objectos concretos, como se retêm selectivamente esses elementos, se reorganizam livremente e se estrutura um modelo figurativo icónico simples.

Assim, constatamos que as afirmações dos entrevistados se estruturam em trono de alguns elementos:

— quanto ao quadro em que se desenvolve a actuação do profissional e
— quanto ao modo como se exerce essa actuação.

Quanto ao quadro em que se desenvolve a actuação vamos encontrar dois polos:

— os que focalizam/retêm a actuação do assistente social a nível *individual/pessoal*;
— os que privilegiam a actuação do A.S. a nível *social-colectivo.*

Quanto ao modo como se exerce a actuação, referenciamo-nos aqui às capacidades (características pessoais e técnicas) e aos instrumentos de trabalho, constatamos também duas posições:

— os que privilegiam as capacidades e atitudes pessoais, cuja identidade atribuída é de natureza *vocacional;*
— os que valorizam as capacidades técnicas, os instrumentos de trabalho, o conhecimento teórico a especialização, caracterizadores de uma identidade e actuação *profissional.*

Assim para o primeiro grupo, **Posição I**, o quadro em que se desenvolve a actuação é fundamentalmente de natureza individual ou familiar, os problemas situam-se (originam-se) a esse nível e, a esse nível deverão ser trabalhados. O que se pode constatar pela seguinte transcrição:

"Acho que é indispensável (o A.S.). Todas as famílias têm os seus problemas de carácter social, moral, etc., tudo isto tem de vir a lume para poder ser minorado... são aspectos que a A.S. apanha melhor que qualquer outro técnico". (Arquitecto)

No que se refere aos instrumentos utilizados pelo assistente social, ganham relevo as suas qualidades e atitudes pessoais. Não há separação entre características e atitudes pessoais e instrumentos e capacidades técnicas. Os instrumentos de tra-

balho são de natureza ético-valorativa, humana, e não do domínio cognitivo ou técnico.

As qualidades valores que aparecem referenciadas são: "boa relação humana", "saber ouvir", "saber conciliar", "humildade", "espirito de sacrifício", "compreensão", "disponibilidade".

Os problemas sociais captam-se subjectivamente (não é identificado qualquer instrumental teórico ou técnico que mediatize a acção) e a actuação deve responder a uma vocação de serviço:

"O A.S tem que ser uma pessoa com muita força de vontade, muito motivada para a sua profissão, para a sua função.Tem que ter uma grande aproximação com os outros. Para se aperceber dos problemas, tem que ter uma boa relação humana... tudo o que é servir o próximo é bom. Para se ser A.S. tem que se ter vocação". (Administrativa).

A concretização desta posição num modelo figurativo icónico é formulada sintéticamente pelos próprios entrevistados. E se nalguns casos surge com uma carga irónica, não deixa de exprimir uma certa densidade simbólica:

Para o segundo grupo, **Posição II**, o quadro em que se desenvolve a actuação, embora se situe frequentemente a nível individual ou familiar, também pode desenvolver acções num âmbito social mais amplo, com instituições ou grupos de população. No que se refere aos instrumentos e capacidades é reconhecida a existência de preparação técnica e profissional.

Continuam aqui a ser valorizadas atitudes e características pessoais, mas onde se encontra a maior diferenciação nesta posição, é na percepção do "como" e do "modo" de actuar. A A.S. é vista como desenvolvendo mais acções de resposta imediata a solicitações de outros (direcção e serviços da Câmara, instituições e pessoas da população) tendo portanto um cariz mais executivo do que acções organizadas e estruturadas, respondendo a objectivos e modos profissionais de actuar. Daí a percepção de que "dá para tudo" o que a deixa à mercê da execução pontual da política institucional e da sua urgência pragmática.

O modelo figurativo icónico, aparece concretizado como:

"Pronto Socorro", "Bombeiro".

Quanto á **Posição III,** trata-se de uma posição residual referenciada apenas a um único entrevistado, em que não se fornecem muitos elementos sobre o processo de objectivação, mas que é bastante esclarecedora quanto ao processo de ancoragem.

A actuação do A.S. é analisada criticamente a partir do ponto de vista político-ideológico do entrevistado. Esta questão será desenvolvida mais á frente quando tratarmos do processo de ancoragem.

Para o 4.° grupo, **Posição IV**, o quadro de actuação do A.S. é o contexto social. O trabalho do A.S. consiste em *analisar os fenómenos sociais* "conhecer e interpretar a realidade social", "analisar os problemas da vida em comunidade" e desenvolver processos de intervenção:

Contrariamente ao 1.° grupo, insiste-se sobre o polo da *profissão.*

O A.S. tem contribuições técnico-científicas específicas e elabora propostas profissionais adequadas:

"É muito importante (a profissional). É uma outra óptica, uma outra maneira de ver as coisas. Penso mesmo que no sector da habitação havemos de chegar a um ponto em que um técnico de S.S. há-de ser chamado antes de se realizarem as coisas. Há-de ter uma primeira palavra a dizer". (Geógrafo)

E mesmo em sectores não tradicionais para o S.S. como o planeamento urbanístico:

"Penso que pode ser um elemento importante em qualquer equipe de planeamento, na codificação dos agentes sociais em presença, face a um problema. Pode contribuir para a reformulação de propostas dos outros técnicos, relativamente ás estratégias de intervenção". (Geógrafa, A)

É dado grande relevo à sua preparação e capacidade para o estabelecimento de relações com a população, é dito:

"São técnicos especializados no contacto com as populações".

"Penso que são os interlocutores melhores para uma ligação directa à população" (Arquiteta A.)

"... a ideia é que quem tiver um programa de trabalho em contacto intenso com a população, precisa de ter técnicos de serviço social." (Presidente)

São-lhe atribuídas *capacidades técnicas* no domínio da comunicação/relação e no domínio da informação e da legislação, dos direitos dos cidadãos. Quanto às qualidades pessoais aparecem preconizadas, com mais incidência e em contraponto ao 1.° grupo, *qualidades activas* tais como:

"dinâmicas", "inteligentes", "abertas", "objectivas", "com iniciativa", "imaginação", "ousadia".

O modelo figurativo que aparece referenciado com muita frequência é: *"Interlocutores privilegiados no contacto com as populações".*

Após termos analisado como é que através dos discursos dos entrevistados se organiza e objectiva o conhecimento da profissão, vamos mostrar o quadro seguinte em que são esquematizados de forma estruturada, os processos de objectivação e de ancoragem.

1. A fase de ***objectivação*** que conduziu á diferenciação das quatro posições apresentadas, desenvolveu-se através de um processo de *esquematização estruturante.* Assim foi organizado o material discursivo dos sujeitos, identificando as coordenadas fundamentais estruturadoras do *núcleo central* da representação como se pode ver no quadro n.° 2

Nas posições I e IV, os discursos organizam-se em função de: quadro de intervenção, segundo os eixos *intervenção a nível individual/intervenção a nível do social*; e da natureza da própria intervenção, segundo os eixos *vocação vs profissão.*

Nas posições II e III os discursos organizam-se em função dos eixos *instituição/profissão* e *instituição/sociedade.*

Na posição II a instituição é entendida no sentido administrativo/burocrático, onde exerce uma função determinante na acção profissional.

Na posição III a instituição é entendida como estrutura de poder na sua relação com a sociedade,sendo a sua função de natureza política, ficando o papel profissional diluído neste jogo.

O núcleo central de cada representação social, está expresso nas frases que integram as quatro posições apresentadas no quadro n.° 2. de igual forma aparece explicitada *a imagem figurativa ou icónica,* referenciada a cada uma das posições.

Assim para a Posição I o núcleo central estruturador da profissão é explicitado como:

"Acção de resposta assistencial junto de pessoas com situações de carência material ou moral, desenvolvendo atitudes de compreensão e ajuda em ordem a minorar a situação". *"Salvador"* é a imagem figurativa ou icónica que lhe é referenciada.

Para a Posição II o núcleo central definidor da profissão aparece como "Acção polivalente de resposta imediata a problemas individuais ou necessidades sociais consideradas urgentes".

"Pronto socorro" é a objectivação da imagem figurativa ou icónica que lhe aparece associada.

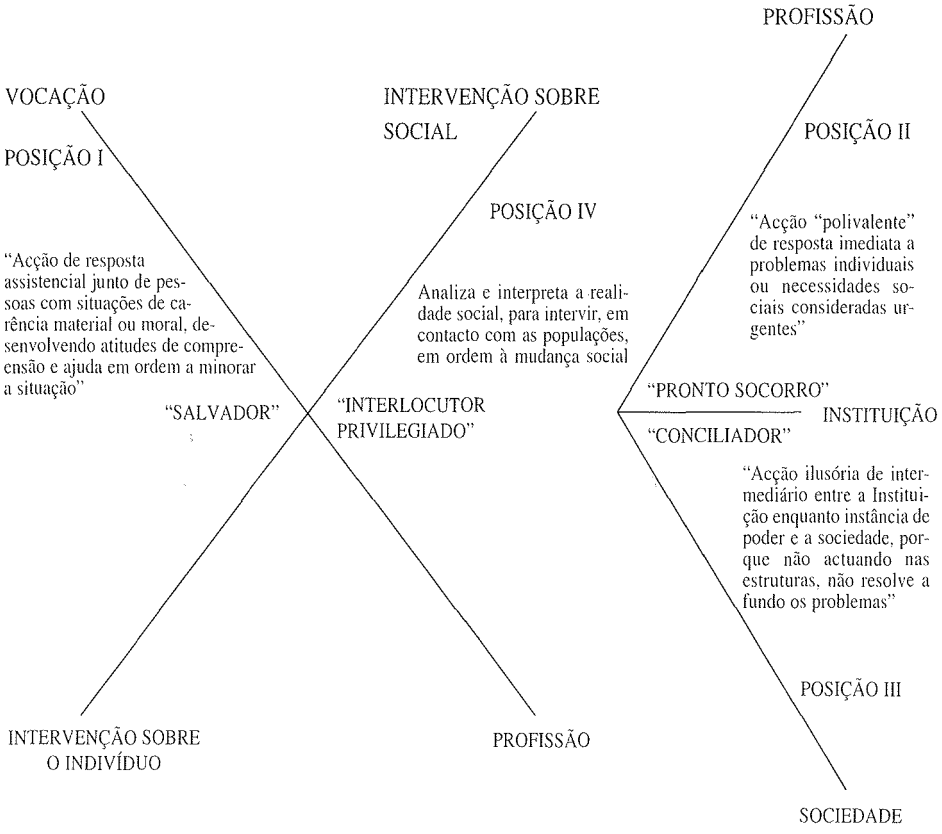
Para a Posição III a profissão aparece no seu núcleo central identificada com "Acção ilusória de intermediário entre a instituição enquanto instância de poder e a sociedade, porque não actuando nas estruturas, não resolve a fundo os problemas".

"Conciliador", é a figura icónica que lhe é atribuída.

Para a Posição IV, a profissão aparece definida no seu núcleo central como aquela que: "analisa e interpreta a realidade social para intervir em contacto com as populações, em ordem à mudança social". A figura icónica que lhe aparece referenciada, é a de *"interlocutor previligiado no contacto com as populações"*.

Quadro N.° 2

A objectivação do Trabalho do Assistente Social



2. Através do estudo do ***processo de ancoragem***, vamos tentar compreender como é que estas posições se inserem no universo simbólico e significante de cada actor e se tornam socialmente compreensíveis para os seus interlocutores.

Assim, pela inserção do objecto representado (O que é um Assistente Social?) dentro do sistema de pensamento estruturado, do sujeito, é que é integrada a informação, e a elaboração da resposta ganha significado ao afirmar: é isto.

Este processo passa, segundo alguns autores, Abric (1987), Palmonari (1989), por etapas analiticamente distintas:

— primeiramente a identificação do protótipo ou do carácter modélico da representação construída sobre o Assistente Social.
— procede-se em seguida à inserção desta categoria ou protótipo no universo do pensamento simbólico/ideológico do sujeito.
— finalmente integram-se as funções ou actividades atribuídas ao A.S. no sistema social mais amplo.

A identificação do protótipo ou modelo, resulta da necessidade de organizar a informação. Efectivamente, se pudéssemos perceber cada entidade como totalmente única, seriamos submergidos pelo excesso de informação. Por isso, classificar os objectos, as pessoas ou os acontecimentos, é uma questão essencial.

As categorizações não só nos permitem a explicação e compreensão das pessoas, mas também modelam as nossas acções e reacções e permitem-nos a interpretação sensata das acções de outrém. (Semin 1989). Desta forma, sintetizando e condensando o conhecimento social, influenciam os comportamentos e as condutas sociais.

As fases do processo de ancoragem, assim como a explicitação dos diferentes protótipos identificados através da análise do discurso dos entrevistados e referenciados aos respectivos grupos, aparece visualisada no quadro n.° 3.

O protótipo ***assistencialista/humanista***, atribuído à acção do A.S., pertence ao primeiro grupo, que considera os problemas sociais nas suas manifestações (não nas suas causas) a nível dos indivíduos e famílias. Torna-se então necessária uma acção de resposta às situações de carência que podem originar o mal estar ou ser fonte de conflito. O A.S. vai desenvolver essa resposta de ajuda assistencial às situações de carência, com objectivos de natureza correctiva, melhorar ou minorar a situação, sendo-lhe atribuídas funções de ajuda, de apoio moral, e também as funções de estabelecer o equilíbrio e de evitar o conflito.

Joguete do poder será o protótipo do A.S. daqueles que pensam os problemas sociais como a resultante das contradições sociais do sistema. Só uma alteração das estruturas e das relações sociais pode superá-los. O A.S. deveria actuar nas estruturas sociais. Quando não — posição crítica assumida pelo entrevistado — "é jogada nas situações" e portanto levada a fazer o jogo dos grupos ou classes no poder, assumindo o papel de conciliador ou intermediário. Os objectivos são de natureza política.

Quadro N.° 3

Fases do Processo de Ancoragem

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Identificação do Protótipo	Assistêncialista/ /Humanista	Pragmatista/ /Imediatista	Joguete do Poder	Técnico Específico para a Intervenção Social
Inserção do Protótipo no quadro do pensamento simbólico/ideológico pré-existente no indivíduo, partilhado pelo grupo de pertença.	Os problemas sociais são entendidos nas suas manifestações (e não nas suas causas) a nível individual e familiar. Torna-se então necessário uma resposta às situações de carência que originam mal estar e podem ser fonte de conflito.	Os Problemas sociais quando se manifestam devem ser resolvidos de forma pragmática. Importa institucionalmente a utilidade e rapidez na resposta aos problemas e não a sua questionação ou busca das causas.	Os problemas sociais resultam das contradições sociais do sistema. Só uma alteração das estruturas e das relações sociais pode superá-los.	Os novos processos sociais desenvolvidos pelas transformações sócio/políticas criaram outras necessidades e situações sociais.
Identificação das funções atribuídas no quadro social referenciado.	Funções de ajuda de natureza assistencial ou apoio moral. Estabelecer o equilíbrio, evitar o conflito.	O "Serviço Social dá para tudo" tem respostas para todas as situações sociais.	Intermediário, conciliador entre pessoal e entidade patronal.	Analizar os fenómenos sociais, propor soluções e intervir na solução dos problemas das populações.

Pragmatista/Imediatista, é o protótipo daqueles que pensam que o A.S. é condicionado institucionalmente a desenvolver acções de resposta imediata às necessidades sociais, sendo o A.S. remetido para o papel de executor das decisões da política autártica. Os objectivos são de natureza correctiva.

Técnico específico para a intervenção social é o protótipo do A.S daqueles que pensam que os novos processos sociais desenvolvidas pelas transformações sociais e políticas, criaram outras necessidades e situações sociais. São necessários profissionais competentes para analisar a realidade social e intervir nela, e que capacitem socialmente os indivíduos e grupos para resolver os problemas sociais, no sentido da mudança social.

A incidência destas quatro posições no conjunto dos entrevistados aparece quantificada no quadro n.° 4

Constatamos que as representações que aparecem com maior incidência são a de "técnico específico para a intervenção social" com uma frequência de 14 e uma percentagem de 41,7% e a "assistencialista/humanista" com uma frequência de 7 e 20,5% de percentagem.

A "pragmatista/imediatista" apresenta-se com uma frequência de 4 e uma percentagem 12,1%.

Finalmente a de "joguete do poder", apresenta-se extremamente residual identificada apenas com um entrevistado e tendo uma percentagem de 2,9%

A última coluna do quadro refere-se aos entrevistados cujos discursos , embora manifestem posições e opiniões significativas em aspectos parcelares, não fornecem elementos suficientes para articular e estruturar uma representação.

Quanto às posições por categorias de entrevistados, constata-se uma maior incidência de quadros técnicos e autarcas na posição que identifica o A.S. como "técnico específico para a intervenção social". Enquanto que a maior incidência de administrativos se situa na posição que identifica o A.S.como "assistencialista/humanista"

Procedendo seguidamente à análise das quatro posições que dão origem a representações sociais diferenciadas, constatamos que a posição identificada como assistencialista/humanista aparece como uma representação claramente estruturada, estabelecida para os sujeitos, "é aquilo mesmo" "está ali". É olhada de forma endógena com uma apreciação positiva, o que manifesta uma identificação do sujeito, daí o seu carácter endógeno.

A posição identificada como "pragmatista/imediatista" aparece representada, mais de forma exógena. Há uma certa apreciação crítica mas que visa mais as con-

Quadro N.° 4

Distribuição das Posições por Categorias

	Assisten-cialista/ Humanista	Joguete do Poder	Pragmatista Imediatista	Técnico de Intervenção Social	Elementos Insuficientes	Total
Autarcas	0	0	0	3	5	8
Quadros Técnicos	4	1	2	10	1	18
Administra-tivos	3	0	2	1	2	8
Total	7 (20,58%)	1 (2,94%)	4 (12,12%)	14 (41,17%)	8 (23,52%)	34 (100%)

dições institucionais exteriores ao profissional, ("penso que deve ser solicitada para acções mais específicas e organizadas") do que o próprio profissional. Explicitam no entanto como alternativa possível para inverter a solicitação pragmatista, a necessidade de "especializações" em termos de formação profissional e o aumento de profissionais.

A posição que identifica o A.S. como "joguete do poder" é uma posição bastante crítica representada portanto de forma exógena, considera que o A.S. não tem margem de nanobra e consequentemente não tem muitas hipóteses no exercício da sua actividade. Tem uma posição crítica não só relativamente à instituição, mas também ao profissional que considera em termos de atitude "muito conformista" atribuindo esta atitude á estrutura da formação.

Finalmente a posição que identifica o A.S. como "técnico específico para a intervenção social" a afigura-se uma posição dinâmica face à profissão, considerando-a uma profissão necessária, com competências específicas e na qual se colocam expectativas.

O contexto socio-político e organizacional

De forma sintética apresentamos alguns dados referentes ao quadro social que contextualizou esta pesquisa.

Está-se em 1985 a sociedade portuguesa apresenta algumas alterações profundas, relacionadas com a dinâmica gerada pelo quadro pós-revolucionário do 25 de Abril de 1974, e sua evolução sócio política. Donde destacamos:

A democratização da Sociedade Portuguesa e a criação de um Estado de Direito.

A partir de 1976 começou a vigorar um regime de democracia formal após a aprovação da Constituição da República Portuguesa.

É consagrado constitucionalmente o princípio de autonomia das Autarquias Locais (Municípios e Juntas de Freguesia) e da descentralização da Administração Pública.

"Anteriormente a Abril de 1974, as autarquias locais estiveram praticamente afastadas de qualquer intervenção significativa no domínio das políticas sociais. Apresentando-se como serviços locais do Estado, a quem cabia a realização de obras de infra-estruturas e o desempenho de funções fiscalizadoras e policiais, os municípios alhearam-se deste modo da construção de equipamentos, da organização de serviços, do desenvolvimento de programas de intervenção fundamentais para a vida das populações locais, como a acção social, a prestação de cuidados de saúde, a educação, a habitação social." (Branco, F. 1991)

Após 1974 institucionaliza-se progressivamente o Poder Local e o seu quadro legal, passando as autarquias a ser eleitas pelos respectivos munícipes.

"A nova estrutura administrativa integra a existência de autarquias locais com autonomia administrativa financeira (art. 238.°). Uma importante legislação onde se destacam as "Leis das Finanças Locais" [3], as "Leis de delimitação de competências" [4], e as leis estruturadoras do "funcionamento dos orgãos autárquicos" [5] permite hoje, a existência de um quadro legal de funcionamento "político-administrativo e financeiro aos orgãos do poder autárquico". (Mozzicafredo, J. e al., 1988)

Assim, são alargadas as atribuições e competências das Autarquias (em coordenação com a Administração Central), à esfera social, nos domínios da: Educação e Ensino, proteccão à infância e 3.ª idade, à cultura, tempos livres e desporto, à defesa e protecção do meio ambiente.

---

[3] Lei n.° 1/79; Lei n.° 1/97 e Lei n.° 98/84.

[4] Dec.-Lei n.° 701-A/76; Lei n.° 79/77; Lei n.° 77/84 e Dec.-Lei n.° 100/84.

[5] Dec.-Lei n.° 701-A/76; Dec.-Lei n.° B/76; Dec.-Lei n.° 100/84; Lei n.° 25/85 e Lei n.° 29/87

Por força das alterações político-ideológicas e dos movimentos sociais desencadeados após Abril de 74, expandem-se na Sociedade Portuguesa as expectativas e reivindicações quanto ao acesso a Direitos Sociais.

Institucionaliza-se progressivamente no país a partir de 1980, o sistema de Segurança Social quer pela regionalização da sua estrutura orgânica quer pelo alargamento de âmbito a grupos sociais cada vez mais diversificados, dos benefícios e tipo de prestações.

Verifica-se desta forma, um alargamento do espaço social enquanto campo de intervenção das políticas sociais .

No que respeita ao Serviço Social há por parte das autarquias locais uma progressiva procura deste tipo de profissionais relacionada com as novas competências assumidas pelos orgãos autárquicos.

Estabelecendo uma relação entre os elementos apresentados encontramos *a causalidade da transformação das representações sociais :*

a) Na transformação do sistema político e da natureza do Estado.
b) Na institucionalização democrática da autarquia enquanto espaço de poder local e na alteração das competências autárquicas na esfera social.
c) O *social* passa na sociedade portuguesa a constituir-se como um espaço de direitos. A sua relação directa com o exercício do Poder Local confere-lhe um novo estatuto e um novo "poder"; o social, deixa de ser apenas um espaço residual sendo-lhe reconhecido o seu poder instrumental no jogo político.
d) Nas alterações havidas a nível da formação curricular dos Assistentes Sociais
e) Nas actuais funções e práticas desempenhadas pelos Assistentes Sociais.

Elementos de análise

Perante estes dados, podemos concluír, respondendo à questão inicial, que as representações "históricas" da profissão perdem a dominância, e dão lugar a uma nova representação de "técnico específico para a intervenção social".

Face a estes dados tentámos perceber, analisando o discurso dos entrevistados, se estas representações apresentam estabilidade ou se pelo contrário estão a sofrer uma dinâmica de transformação.

Dessa análise concluímos que em dez dos entrevistados se verificava um movimento de transformação e que esta se processava no sentido da posição *assistencialista/humanista* para a de *técnico específico de intervenção social.*

Ao tentar compreender qual a origem das representações, e a causalidade da sua transformação concluímos que esta era resultante de uma pluricausalidade: das transformações do contexto sócio-político do país; das alterações ocorridas no percurso histórico da profissão, das mudanças havidas nas estruturas de formação e na organização dos planos curriculares e das mudanças nas funções e práticas desenvolvidas a nível profissional.[6]

Mas sem dúvida que uma das causas relevantes se prende, vindo confirmar a nossa hipótese, com a institucionalização da autarquia enquanto espaço de poder local democraticamente eleito, e, com as novas competências que lhe são atribuídas na esfera social. Tornando-se assim "o social" e a intervenção nele realizada, um espaço de legitimação do poder autárquico.

Reportemo-nos à tese de Bertilsson de que: as profissões são "constitutivas" da cidâdania e de que a cidâdania é "constitutiva" das profissões.

Efectivamente se por força das transformações sócio-políticas "o social" se torna um espaço de reivindicação/extensão de direitos, o Poder autárquico adquirindo nova legitimidade e novas competências torna-se também uma sede de administração desse espaço ao iniciar a gestão das Políticas Sociais Locais no domínio da Habitação e da Acção Social e Cultural

Para que essas dimensões da cidâdania surjam se desenvolvam e não desapareçam, é preciso que exista um sistema simbólico abstracto que as legitime e defenda. Quem adquire competência para criar desenvolver e utilizar esses sistemas simbólicos são as modernas profissões. Aliás é essa competência uma das características constitutivas dessas mesmas profissões. (Bertilson, 1990).

Donde se infere a importância do novo papel ou nova imagem de "interlocutor previligiado no contacto com as populações" que é explicitada para a profissão na representação de "técnico específico para a intervenção social"

É importante ainda salientar o aspecto inovador que a nível do pensamento social esta representação reflecte ao atribuír á profissão a capacidade de "conhecer" "analisar" e "interpretar" o que releva uma postura teórica.

Outro aspecto importante a referir, é o carácter de matriz fundamental da formação na construção das representações. Efectivamente pela análise que fizemos,

---

[6] Para uma análise mais aprofundada sobre a origem, causalidade e transformação das representações ler *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social — uma análise empírica em contexto autárquico* de M.ª Augusta Negreiros, pág. 53-80.

encontramos como um elemento explicativo essêncial, a formação, sua estrutura, e seus conteúdos.

Das transformações e alterações que esta foi sofrendo ao longo do seu percurso histórico, na sua concepção e estrutura curricular, encontramos um forte reflexo nas representações encontradas.

No que respeita à *dimensão atitudinal*(elemento fundamental na estruturação das representações) relativamente à profissão, expectativas e potencial que lhe é atribuído, podemos dizer que o Assistente Social não aparece como uma figura cinzenta ou neutra, antes pelo contrário em termos de orientação avaliativa por parte dos outros técnicos, é-lhe dado um certo relevo aparecendo como uma figura que em termos atitudinais desencadeia reacções emocionais positivas.

É um profissional que é considerado importante ou indispensável: pela análise que faz dos problemas, pelo tipo de problemas que trabalha, pela forma e natureza do trabalho que desempenha.

Não queremos terminar esta comunicação sem nos interrogarmos sobre o efeito das representações sociais a que chegamos.

Primeiro ponto

Pretendemos ressaltar que estas representações evidenciam a visibilidade das práticas profissionais, o que contradiz um aspecto que tem caracterizado (com tendência a esbater-se nas gerações de formação recente) a forma da profissão se percepcionar na sua interrelação com os outros: dificuldade de se objectivar e portanto de se ver objectivada.[7]

Esta visibilidade que vai interferir na construção das representações sociais poderá quanto a nós ter efeitos diversos, quer a nível das interacções e relações sociais estabelecidas com a profissão, quer a nível do processo identitário, quer ainda na estrutura da formação e do processo formativo de profissionais futuros.

Constata-se também que foi a visibilidade de novas práticas que desencadeou nos sujeitos processos de transformação da estrutura das representações sociais. Transformação que se traduz no reconhecimento de um campo de *saberes e competências próprias* que se configura numa ocupação que é considerada *essencial*, à qual é reconhecido um certo grau de *incerteza* que envolve situações que não

[7] Iamamoto diz em *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* que "o discurso reiterativo sobre o carácter fluído, opaco do serviço social, esconde a indefinição do próprio profissional diante da dificuldade de elucidar a inserção socio-histórica objectiva do serviço social. Se há indefinição ela é do A.S. e não das funções da profissão na divisão socio-técnica do trabalho."

podem ser prévia e exaustivamente codificadas e portanto transcendem intervenções de rotina pressupondo a aplicação de *uma variedade de técnicas*, o que lhe confere um certo nível de *complexidade*. Elementos que segundo Gadrey (1994) são caracterizadores de *autonomia profissional*.

Referenciando-nos à nova representação de "técnico específico para a intervenção social", podemos encontrar elementos que podem constituir-se como parâmetros para a estruturação da formação. Assim o Assistente Social é percepcionado como tendo capacidades treinadas para manejar e se movimentar em vários códigos: sociais, culturais, comunicacionais e institucionais. Donde resulta a atribuição de uma competência própria — a mediação social.[8]

Esta mediação social pode ser entendida como *mediação organizacional, mediação institucional e mediação simbólica*.

A *mediação organizacional*, que é interna à própria organização, pressupõe processos comunicacionais, e a estruturação de sistemas de alianças; a *mediação institucional*, externa, entre autarquia e população, pode significar a construção/identificação [9] de necessidades sociais e a gestão e execução de políticas sociais, implicando negociação e processos de tomada de decisão; a *mediação simbólica* pressupõe a construção de sociabilidades e de identificações sociais, processos de discussão e implementação dos direitos de cidadania, articulação de culturas, informações, linguagens, no quotidiano de vida das populações estabelecendo a mediação entre o "mundo dos sistemas e o mundo da vida". (Habermas, 1987)

O exercício deste tipo de papel requer uma gama de saberes e de "saber fazer" específicos, os quais as escolas e universidades devem analisar, investir e treinar. Pois "não é apenas a linguagem o instrumento de acção do A.S. mas o trabalho complexo de relacionar, correlacionar, propôr, acompanhar, avaliar e se implicar em trajectórias e estratégias." (Faleiros, 1994)

Segundo ponto

As representações sociais desempenham um papel na construção das identidades pessoais e sociais.

A identidade social é marcada pela dualidade (Dubar, 1991). Dualidade que é resultante de uma articulação entre duas transacções: uma transacção interna ao indivíduo (transacção "subjectiva") e uma transacção externa, entre o indivíduo e as instituições e agentes com as quais entra em interacção (transacção "objectiva").

---

[8] Para um aprofundamento deste tema ver em Faleiros, *Saber Profissional e Poder Institucional* e *"Serviço Social Trajectórias e Estratégias"*, e em B. Goudet, *"La Fontion d'Agent de Mediation et ses Legitimités"*

[9] ver M.A. Negreiros *"Estado e Profissões"* in *Intervenção Social* n.° 8.

A transacção objectiva entre os indivíduos e as instituições é aquela que se organiza à volta do reconhecimento ou não reconhecimento das competências, dos saberes e das imagens de si, que constituem os núcleos duros das identidades reivindicadas.

No quadro autárquico analisado, podemos inferir que a transformação e dinâmica encontradas nas representações sociais induzem novas formas de atribuição (identidade para outrem) que poderão ter interferência e significado na construção de novas identidades profissionais.

Não podemos, no entanto, considerar estas como a resultante exclusiva de um processo de atribuição de identidades pré-construídas. De facto, este processo não é determinado automaticamente, ou seja, se "o outro" tem um papel importante no meu processo de identificação (eu vejo-me no outro) posso porém recusar esta identidade atribuída e definir-me de outro modo (identificação para si).

Isto pressupõe que no processo de transacção subjectiva, de relação entre as identidades herdadas (que têm como componente as representações sociais tradicionais da profissão) e as identidades projectadas, aquelas sejam submetidas a um processo de aceitação ou recusa, e estas decorram de um processo de continuidade ou ruptura. No entanto, esta construção da identidade profissional não se desenvolve autonomamente, ela depende também das formas de reconhecimento a nível institucional por parte das instituições e dos agentes com os quais os profissionais entram em relação.

Pela análise realizada ao longo deste trabalho podemos então afirmar que, existindo uma tendência de transformação das representações sociais tradicionais e simultâneamente de construção de novas representações, e verificando-se também a atribuição de um forte potencial a esta profissão, e demandas que lhe são feitas relativamente a novas funções, se encontram criadas condições de reconhecimento institucional (transacção "objectiva") que viabilizam a possibilidade de novas identidades.

Das entrevistas aos profissionais de serviço social constatamos uma recusa dos modelos assistencialista-humanista e pragmatista-imediatista e nalguns casos encontramos a explicitação de estratégias desenvolvidas no sentido de um trabalho colectivo fomentando a articulação inter-institucional e o trabalho de grupo com colectividades locais.

Desta forma, a produção de novas identidades profissionais far-se-á pela articulação entre a transacção objectiva e a transacção subjectiva (qual a identidade reivindicada? como me vejo — indivíduo, grupo, geração — profissionalmente? a que pressupostos teórico-ideológicos me referencio?). Será nesta articulação e pelas estratégias de identificação desenvolvidas a nível institucional que novas identidades profissionais podem então ser construídas.

Terceiro ponto

Reconhece-se geralmente que as representações sociais enquanto sistemas de interpretação regem a nossa relação ao mundo e aos outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais.

Assim as representações sociais são sempre tomadas de posição simbólicas, organizadas de maneiras diferentes, por exemplo como as opiniões, as atitudes, ou os estereótipos, segundo a sua imbricação nas diferentes relações sociais.

Duma maneira geral pode-se dizer que em cada conjunto de relações sociais, princípios ou esquemas organizam as tomadas de posição simbólicas que estão ligadas a inserções específicas nestas relações.

(...) E as representações sociais são os princípios organizadores destas relações simbólicas entre actores sociais, trata-se pois de princípios relacionais que estruturam as relações simbólicas entre indivíduos ou grupos, constituindo ao mesmo tempo um campo de troca simbólica e uma representação deste campo (W. Doise, 1989)

Considerando os pontos de chegada desta pesquisa, podemos então concluir que o pensamento social sobre a profissão, ao relevar a existência de novas representações sociais, poderá, como consequência, vir a introduzir uma alteração, não só no campo de representações desta profissão em termos sociais, como também na estrutura das relações simbólicas com ela estabelecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTILSSON, Margaret (1990) — *The welfare state,the professions and citizens,* in R. Torstendahl et al (org.) the Formation of Professions-knowledge, State and Strategy, Sage Publications, London.

DI GIACOMO, J. P. (1987) — Teoria y Métodos de Análises de las Representaciones Sociales, in *Pensamiento,individuo y sociedade Cognicion y Representacion Social*-Dario Paez (ed.) Fundamentos, Madrid.

DOISE, Willem (1988) — *Les representations sociales: un label de qualité Conexions* n.° 51.

DOISE, Willem (1989) — Attitudes et Representations Sociales in D.Jodelet, (org.) *Les Representations Sociales*, PUF, Paris.

DUBAR, Claude (1991) — *La Socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*, Ed. Armand Colin, Paris.

DURKHEIM E. (1898) — *Representations individuelles et representations collectives,*col.Sociologie et Philosophie, Paris, PUF, 1963.

FALEIROS, Vicente Paula (1987) — *Saber Profissional e Poder Institucional,* Cortez Editora, São Paulo.

GADREY, Jean (1994) — "*La modernisation des services professionnels*" Revue francaise de sociologie XXXV, 1994, 163-195

GOUDET, Bernard — "*La Fontion dí Agent de Mediation et ses Legitimités*" in Bernard BLANC et all (Orgs.) Actions Collectives et Travail Social, Tomo 2, Paris, Ed. Esf, 1989, cap. 2.

HABERMAS, Jürgen (1987) — *Theorie de l'agir communicaciotionnel*, Tome 1, Fayard, Paris.

HEWSTONE, Miles (1989) — Representations sociales et causalité in D. Jodelet, (org) *Les representations sociales,* PUF, Paris.

HENRIQUEZ, Alfredo B. (1991) — "*Génese e emergência do Serviço Social Português — o Instituto de Serviço Social de Lisboa*" Intervenção Social n.° 5/6.

IAMAMOTO, Marilda V. (1992) — *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social-ensaios críticos*, Cortez Editora, S. Paulo.

JODELET, Denise (1989) — Representations sociales-un domaine en expansion in D. Jodelet, (org.) *Les representations sociales*, PUF, Paris.

JODELET, Denise (1991) — L'ideologie dans l'etude des representations sociales in V: Aebischer et al (orgs.) *Ideologies et repreentations sociales*, Del Val Fibourg.

MOSCOVICI, Serge (1989) — Des representations colectives aux representations sociales in D. Jodelet, (org.) *Les Representations Sociales*, PUF, Paris.

MOSCOVICI, Serge (1976) — *La Psychanalise, son image et son public* 2.ª ed. PUF, Paris.

NEGREIROS, M. A., ANDRADE, M. e QUEIROZ, M. J. (1987) — *A construção do conhecimento do serviço social em Portugal-período 1974/1978* Lisboa, Curso de Mestrado, Pol. 1987.

NEGREIROS, M.ª Augusta (1993) —"Estado e Profissões", in *Intervenção Social*, n.° 8, p. 9-33.